

## **PROJETO DE LEI Nº 363/2025**

Deputado(a) Luciana Genro

Altera a Lei Estadual nº 16.077, de 20 de dezembro de 2023, que dispõe sobre proteção dos trabalhadores terceirizados vinculados à Administração Pública Estadual, abrangendo todos os poderes e órgãos, para assegurar a manutenção dos empregados em caso de sucessão contratual.

Art. 1º Fica inserido um artigo, onde couber, na Lei nº 16.077, de 20 de dezembro de 2023, com a seguinte redação:

Art. \_\_\_\_ Os contratos e seus editais deverão conter cláusula que obrigue a empresa vencedora a manter, por no mínimo 90 (noventa) dias, os empregados do contrato anterior quando houver nova contratação para o mesmo objeto, seja por licitação ou contratação emergencial.

§ 1º O disposto na caput também se aplica aos contratos e editais supervenientes a uma rescisão unilateral de contrato.

§ 2º A empresa vencedora deverá informar aos empregados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da assunção do contrato, sobre a continuidade ou não da sua contratação após o período previsto no caput.”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Deputado(a) Luciana Genro

### **JUSTIFICATIVA**

O presente Projeto de Lei altera a Lei nº 16.077, de 20 de dezembro de 2023, de minha autoria, que instituiu importantes mecanismos de proteção aos trabalhadores terceirizados no âmbito da Administração Pública. A lei em vigor já se consolidou como um marco na defesa da dignidade desses profissionais, que representam parcela expressiva da força de trabalho responsável pela execução de serviços públicos essenciais.

A proposta ora apresentada segue essa mesma linha de atuação e encontra referência na Lei nº 4.794, de 1º de março de 2012, do Distrito Federal, que inspirou sua redação. O objetivo central é reforçar a proteção dos trabalhadores em situações recorrentes de rescisão contratual, sobretudo nos casos em que empresas terceirizadas encerram suas atividades ou deixam de cumprir com suas obrigações, expondo seus empregados à instabilidade, à falta de recebimentos e à perda abrupta de postos de trabalho.

Com a previsão de aproveitamento dos trabalhadores pela empresa sucessora, busca-se assegurar a continuidade do serviço prestado e reduzir os efeitos da precarização que historicamente atinge essa categoria. Trata-se, portanto, de medida que fortalece a função

social do trabalho e resguarda direitos fundamentais, sem comprometer a eficiência e a economicidade da contratação pública.

Ressalte-se, ainda, que este Projeto de Lei é protocolado em conjunto com outras duas proposições que também tratam da defesa dos trabalhadores terceirizados, sendo uma voltada à reserva de vagas a mulheres e outra ao combate à corrupção e ao calote nesses contratos. Juntos, esses três projetos, apresentados também em nível federal, pela Dep. Fernanda Melchionna, compõem uma investida legislativa relevante contra a precarização dessas relações de trabalho, reafirmando o compromisso deste mandato com a valorização e a proteção da classe trabalhadora.

Diante da relevância da matéria e da urgência em oferecer maior segurança jurídica e social a esses trabalhadores, submeto o presente Projeto de Lei à apreciação desta Casa Legislativa, certa de que contará com o apoio dos nobres colegas.

Deputado(a) Luciana Genro